


O sector segurador português: resiliência, lacunas de proteção e a urgência de uma visão de longo prazo



Gabriel Bernardino

SECTOR SEGURADOR

Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões



O sector segurador português está num ponto de inflexão entre a gestão de riscos tradicionais e a assunção de um papel ativo nos riscos estruturais de longo prazo. Essa evolução depende de escolhas claras de política pública e de um enquadramento que reforce a proteção contra catástrofes e mobilize poupança para investimento estratégico.

O sector segurador português atravessa atualmente uma fase paradoxal. É um sector sólido, prudente e bem capitalizado, mas confronta-se com desafios estruturais que colocam em causa o seu posicionamento futuro. Encontra-se, por isso, num ponto de inflexão: ou permanece essencialmente um gestor eficiente de riscos tradicionais, como o automóvel, os acidentes de trabalho ou a saúde, ou evolui para um gestor ativo dos riscos estruturais e de longo prazo da sociedade portuguesa, nomeadamente na poupança para a reforma, na proteção contra catástrofes naturais e nos riscos cibernéticos. Esta evolução não é automática nem resulta apenas de decisões do mercado; depende também de opções de

política pública claras e de um enquadramento institucional que permita simultaneamente reforçar a proteção dos cidadãos e das empresas e canalizar poupança de longo prazo para investimento estratégico, incluindo infraestruturas e as transições digital e climática.

Do ponto de vista financeiro, os indicadores são robustos. O sector, em média, mantém níveis confortáveis de solvência, dispõe de mecanismos eficazes de gestão de risco e demonstra capacidade para absorver choques significativos. Paralelamente, encontra-se em curso um processo de transformação tecnológica que está a alterar modelos de distribuição, de avaliação de risco e de relacionamento com os clientes, ainda que a ritmos diferenciados entre operadores.

Os eventos climáticos extremos recentemente ocorridos em Portugal constituíram um teste relevante à capacidade operacional e financeira do sector. A resposta foi eficaz, demonstrando a importância do seguro enquanto mecanismo de transferência de risco e da existência de políticas prudentes de resseguro. No entanto, estes eventos tornaram também visível uma fragilidade crítica: a persistente e profunda lacuna de proteção contra catástrofes naturais.

Uma parte significativa das habitações e empresas expostas a fenómenos extremos não dispõe de cobertura adequada, o que gera riscos sociais, macroeconómicos e orçamentais relevantes.

Num país altamente exposto a riscos climáticos e sísmicos, a dependência de respostas *ex post* e de expectativas implícitas de apoio público não é sustentável. A resposta exige uma abordagem estrutural e sistémica, assente na responsabilidade partilhada entre cidadãos, empresas, sector segurador e ressegurador e Estado, e que tenha como base mecanismos de pré-financiamento, proteção social dos mais vulneráveis e incentivos à prevenção e à redução do risco.

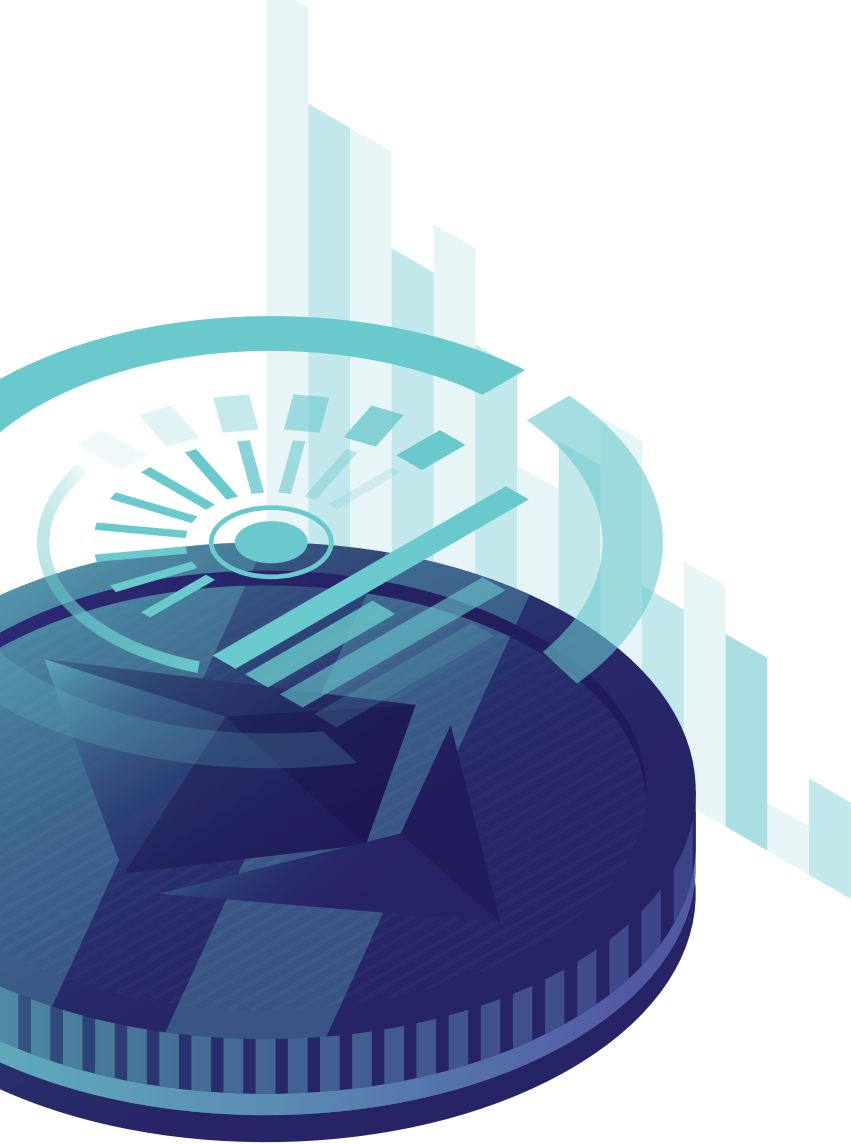
Uma lacuna de proteção igualmente relevante diz respeito à poupança para a reforma. O envelhecimento demográfico coloca pressão crescente sobre os sistemas públicos de pensões, tornando indispensável o desenvolvimento de soluções complementares de poupança e investimento de longo prazo. Contudo, a poupança privada para a reforma permanece insuficiente e, muitas vezes, estruturada através de produtos que não estão alinhados com horizontes temporais longos nem com objetivos reais de preservação do poder de compra.

Para enfrentar este desafio, torna-se necessário atuar de forma integrada. Ao nível da procura, é fundamental melhorar a informação disponível aos cidadãos, incrementando a literacia através de uma plataforma digital que permita a cada cidadão acompanhar a sua situação individual de reforma, juntando informação do pilar público de segurança social, dos sistemas de pensões de âmbito empresarial e dos produtos individuais de reforma e com isso fomentar decisões informadas. Por outro lado, instrumentos como a inscrição automática em planos de pensões profissionais, com opção de saída, comprovadamente eficazes noutros países, permitiriam incrementar a cobertura das pensões complementares e reforçar a adequação das pensões.

Ao nível da oferta, é crucial desenvolver produtos de poupança para a reforma com políticas de investimento compatíveis com horizontes de longo prazo e com estruturas de custos que assegurem justo valor para os participantes. Produtos que não oferecem uma expectativa razoável de criação de valor real no médio e longo prazo não são adequados ao objetivo de financiamento da reforma. A governação dos produtos e a responsabilidade das administrações assumem aqui um papel central.

Também ao nível dos riscos cibernéticos, muito há para fazer. A lacuna de proteção neste domínio resulta do descompasso crescente entre a rápida evolução das ameaças digitais e a capacidade efetiva de prevenção, mitigação e cobertura desses riscos por parte das organizações e da sociedade em geral. Este desafio ganha particular acuidade num contexto marcado pela disseminação de ferramentas de inteligência artificial, que potenciam quer ganhos de eficiência e inovação, quer novas formas de ataque, mais escaláveis, sofisticadas e difíceis de detetar, como evidenciam debates recentes em torno do uso avançado de modelos de IA, a exemplo do Claude Mythos.





Neste enquadramento, o sector segurador pode desempenhar um papel relevante enquanto elemento estruturante da proteção e da prevenção do risco cibernético: não apenas através da transferência financeira do risco, mas também pela promoção de boas práticas de cibersegurança, pela incorporação de critérios de resiliência digital na subscrição e pela disseminação de informação e incentivos que contribuam para reduzir vulnerabilidades sistémicas e reforçar a confiança no ecossistema digital.

A literacia financeira e de risco é por certo um elemento importante, mas não pode ser encarada de forma isolada nem utilizada para transferir responsabilidades para os cidadãos. Muitas vezes, literacia significa simplificar, comunicar melhor e eliminar complexidade desnecessária. A clareza contratual, a transparência sobre riscos e exclusões e o enquadramento do seguro como instrumento de planeamento de vida são condições essenciais para reforçar a confiança no sector.

Também no domínio da longevidade e da saúde existem oportunidades relevantes. O desenvolvimento de produtos que assegurem proteção ao longo de todo o ciclo de vida, incluindo soluções de cuidados de longa duração, é particularmente importante num contexto de envelhecimento da população. Aqui, o sector pode evoluir de um pagador de sinistros para um verdadeiro gestor do risco de longevidade, integrando prevenção, proteção e planeamento financeiro.

No que respeita à tecnologia, o principal risco do sector segurador não reside tanto na disrupção em si, mas na execução: no desalinhamento entre estratégia, inovação e governação; na adoção acrítica de soluções automatizadas; ou na perda de controlo sobre processos decisórios com impacto direto nos consumidores.

Num contexto de elevada incerteza e de pressões constantes para privilegiar o curto prazo, torna-se essencial manter uma visão estratégica de longo prazo. A resiliência futura constrói-se hoje, através de reformas estruturais, de comunicação honesta sobre riscos e custos da inação e da disposição para tomar decisões exigentes atempadamente. Esse é um desafio incontornável para o sector segurador e para todos os agentes envolvidos na construção de uma economia mais resiliente e sustentável. 